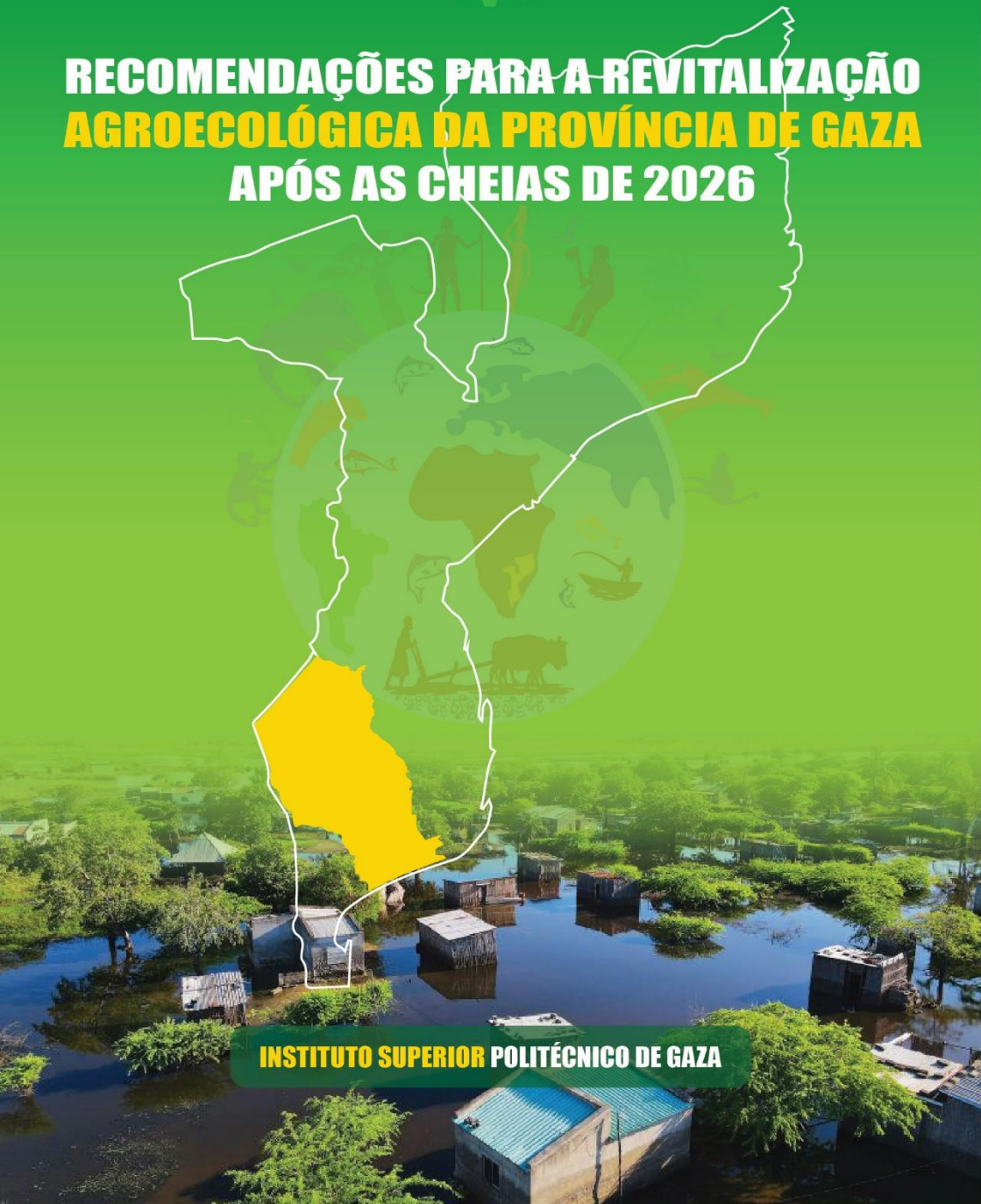
RECOMENDAÇÕES PARA A REVITALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA DA PROVÍNCIA DE GAZA APÓS AS CHEIAS DE 2026



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

FICHA TÉCNICA:

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO:
Recomendações para a Revitalização Agroecológica da Província de Gaza após as cheias de 2026

COORDENAÇÃO:
CUSTÓDIO TACARINDUA, INÊS COSTA- PEREIRA, LATEIRO SALVADOR DE SOUSA, VALDEMIRO MUHALA

AUTORAS/ES

ABÍLIO ARMANDO BATA, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
BETO JOÃO CHIRINDZANE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
CACILDA JAIROSSE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
CECÍLIA CHONGO, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
CLAUDIA BARRERA-SALAS, Claudia Barrera-Salas, Projeto GrowLIFE (cE3c) Universidade de Lisboa, Portugal
CLÉLIA A. A. MOIANE VILANCULO, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
CLEUSIA MONDLANE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
CUSTÓDIO TACARINDUA, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
DOMINGOS AFONSO DOMINGOS, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
ELIDIO MÁRIO CUMBI, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
ELOTÉRIO ROGÉRIO CHAMBO, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique

INÊS COSTA- PEREIRA, Universidade Politécnica de Viseu, Portugal
INÁCIO ALFREDO CHAÚQUE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
IVANS ELTON NAMACATIPA, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
JAIME JOÃO VILANCULO, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
LATEIRO SALVADOR DE SOUSA, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
MIGUEL HORACIO CHELE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
SEBASTIÃO MUCHAVE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
TITOS SOANE, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique
VALDEMIRO MUHALA, Instituto Superior Politécnico de Quissico, Moçambique
ZULFA DA MAICA VENÂNCIO, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique

DESIGN E MAQUETIZAÇÃO:
SAMUEL CONGOLO

TIRAGEM:
200 exemplares

CONTACTO:
Instituto Superior Politécnico de Gaza
Cidade Chokwé, 1204, Gaza, Moçambique
https://ispg.ac.mz/
https://xicia.ispg.ac.mz/

DATA:
Outubro, 2026

RECOMENDAÇÕES PARA A REVITALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA DA PROVÍNCIA DE GAZA APÓS AS CHEIAS DE 2026



ÍNDICE

O ENQUADRAMENTO …….....06

AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA ……...08

1. ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA……..11

1.1. ESTRATÉGIA E POLÍTICAS PARA A RECONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA……...11

1.2. AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINA, MULHERES AGRICULTORAS E JOVENS……..……15

1.3. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS……18

2. GESTÃO DOS RECURSOS……21

3. PRÁTICAS AGRÍCOLAS, GESTÃO DE PRAGAS, DOENÇAS E INFESTANTES……25

4. CONHECIMENTO, PARTILHA E INOVAÇÃO……....33

5. SISTEMAS ALIMENTARES, SOBERANIA E SAÚDE……39

5.2. SOBERANIA ALIMENTAR……43

5.3. SAÚDE E BEM-ESTAR……...46

0. ENQUADRAMENTO

O XI Congresso Internacional de Agroecologia, realizado em 2026 sob o lema "Práticas Agroecológicas: da Invisibilidade Alimentar à Soberania Alimentar", constituiu um espaço de encontro entre investigação, experiências de terreno, saberes locais e diferentes atores dos sistemas agrícolas e alimentares. Mais do que apresentar resultados científicos e experiências, procurou promover o diálogo entre conhecimentos, territórios e pessoas comprometidas com a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes.

A realização desta edição em Moçambique representou um momento particularmente significativo, por ter sido a primeira vez que o Congresso Internacional de Agroecologia se realizou em África. A escolha da província de Gaza reconhece a centralidade dos territórios africanos perante os desafios contemporâneos relacionados com a alimentação, as alterações climáticas e a sustentabilidade, mas também o papel das suas comunidades, instituições e conhecimentos na construção de respostas e alternativas a esses desafios.

O Congresso decorreu num momento especialmente exigente para Gaza. Nos primeiros meses do ano de 2026, a província foi severamente afetada por cheias associadas ao aumento do caudal do rio Limpopo e agravadas por

chuvas intensas, com impactos nas comunidades, infraestruturas, produção agrícola e acesso à alimentação. Em Chókwè e noutros territórios do vale do Limpopo, estes acontecimentos tornaram particularmente evidente a necessidade de pensar a recuperação dos sistemas agrícolas e alimentares não apenas como reposição do que foi perdido, mas também como uma oportunidade para reduzir vulnerabilidades e reforçar a capacidade dos territórios para enfrentar futuros eventos extremos.

Neste contexto, o Congresso procurou ser mais participativo do que expositivo, privilegiando o diálogo entre investigação, experiências práticas e questões colocadas por agricultoras e agricultores, comunidades, instituições, organizações e restantes participantes. Os contributos foram organizados em torno dos principais desafios associados à recuperação sustentável dos territórios, partindo do princípio de que a sua complexidade exige escuta, diálogo, partilha e construção coletiva. Deste processo emergiu a questão orientadora para as recomendações apresentadas neste documento: *De que forma podemos contribuir para a revitalização agroecológica da província de Gaza após as cheias de 2026?*

AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A agroecologia é uma abordagem sistémica dos sistemas agrícolas e alimentares, que articula as suas dimensões ecológica, produtiva, económica, social, cultural e política. Integra a gestão sustentável dos recursos e bens comuns, a biodiversidade e o redesenho dos agroecossistemas, mas também a saúde, a segurança e soberania alimentar, os mercados, os conhecimentos, as relações sociais e a governança dos territórios. As comunidades, as agricultoras e os agricultores ocupam um lugar central neste processo, enquanto detentores de conhecimentos, experiências e capacidades e participantes ativos na construção e gestão dos sistemas agrícolas e alimentares e dos seus territórios. A agroecologia assenta, assim, na participação, no diálogo entre diferentes formas de conhecimento e na construção coletiva de soluções adaptadas aos territórios, não se reduzindo a um conjunto de técnicas agrícolas ou à substituição de fatores de produção.

A transição agroecológica corresponde ao processo de transformação progressiva dos sistemas agrícolas e alimentares, orientado pelos princípios da agroecologia. Pode começar pela redução da dependência de fatores de produção externos e pela adoção de práticas mais

sustentáveis, mas implica avançar para o redesenho dos agroecossistemas e das relações que sustentam os sistemas alimentares, reforçando a diversificação, a regeneração dos recursos, a autonomia das comunidades e as condições sociais, económicas, institucionais e políticas necessárias à transformação.

Esta transição não segue uma solução única ou universal. As condições ecológicas, sociais e económicas dos territórios influenciam os resultados, pelo que as experiências apresentadas no Congresso constituem referências para aprendizagem e adaptação, e não modelos a reproduzir. A revitalização agroecológica de Gaza deve, assim, partir dos seus agroecossistemas e sistemas alimentares, dos recursos disponíveis e das necessidades, conhecimentos, práticas e capacidades das comunidades, articulando saberes locais, tradicionais e ancestrais com o conhecimento científico.

Neste documento, a revitalização agroecológica após as cheias corresponde à aplicação deste processo de transformação à recuperação dos territórios afetados. Revitalizar não significa simplesmente reconstruir as condições anteriores, mas recuperar o que é necessário, preservar e reforçar o que funciona e transformar as condições que aumentam a vulnerabilidade. A reconstrução constitui, assim, uma oportunidade para recuperar os meios

de vida e os sistemas produtivos e, simultaneamente, torná-los mais diversificados, resilientes, autónomos, saudáveis e preparados para futuros eventos.

Esta transformação exige condições que permitam concretizá-la. O acesso à terra, água, sementes, financiamento, assistência técnica, formação e mercados, bem como o apoio público e institucional e a cooperação entre atores, são fundamentais para que a transição não aumente desigualdades nem fique limitada às famílias e comunidades com maior capacidade para suportar os custos e riscos da mudança.

As recomendações que se apresentam de seguida resultam da sistematização dos contributos e experiências partilhados no Congresso e organizam-se em cinco dimensões interligadas: estratégia, governança e resiliência climática; gestão dos recursos; práticas agrícolas e gestão de pragas, doenças e infestantes; conhecimento, partilha e inovação; e sistemas alimentares, soberania e saúde. Não constituem soluções fechadas, mas orientações para apoiar um processo participado de revitalização agroecológica de Gaza, a aprofundar, adaptar e concretizar com os atores e comunidades dos diferentes territórios.

NOTA: As referências apresentadas neste documento dizem respeito aos trabalhos apresentados no Congresso que podem ser consultados no Livro de Resumos do XI Congresso Internacional de Agroecologia, disponível na página web do Instituto Superior Politécnico de Gaza.

1. ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

1.1. ESTRATÉGIA E POLÍTICAS PARA A RECONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA

A reconstrução dos sistemas agrícolas e alimentares após as cheias não deve limitar-se à reposição das infraestruturas, dos fatores de produção ou da produção perdida, mas contribuir para construir sistemas mais resilientes, biodiversos e participados. A revitalização agroecológica deve ser construída a partir dos territórios e com as comunidades, reconhecendo a agricultura familiar e campesina, as mulheres agricultoras e os jovens como agentes estruturantes deste processo e reforçando a sua participação e autonomia na reconstrução e gestão dos territórios (Camboim & Polidoro, 2026; Costa-Pereira *et al*., 2026; Costa, 2026).

A estratégia deve promover pactos para a gestão da terra, água, sementes e outros bens comuns e para o acesso a apoio técnico, financiamento e formação, através de uma governança partilhada que reforce a autonomia das comunidades. Deve ainda respeitar os hábitos e costumes das comunidades enquanto parte da identidade local e promover sistemas de gestão coletiva e uma abordagem territorial que considere a paisagem para além da exploração agrícola (Anichini *et al.*, 2026; Azevedo *et al.*, 2026; Costa, 2026).

O caráter sistémico da agroecologia exige uma governança interministerial descentralizada e participativa para a transformação dos sistemas alimentares (Costa-Pereira *et al*., 2026). As Redes de Resiliência Comunitária podem assumir um papel no planeamento, gestão e fiscalização dos territórios e na articulação entre comunidades (Tacarindua *et al.*, 2026).

A construção e implementação das políticas de reconstrução deve envolver os diferentes intervenientes do território - agricultoras e agricultores, comunidades, autoridades locais, investigadoras e investigadores, associações e setor privado - e assegurar a coordenação entre instituições, a comunicação, a aprendizagem, a partilha de conhecimento e a ação coletiva (Costa-Pereira *et al*., 2026; Dias, 2026).

As experiências, conhecimentos e redes já existentes no espaço da CPLP podem apoiar este processo. As Reservas da Biosfera, os SIPAM e o CCAFS-CPLP podem funcionar como plataformas de aprendizagem coletiva e cooperação entre territórios, contribuindo para a reconstrução de sistemas alimentares mais agroecológicos (Dias, 2026).

A estratégia deve integrar a educação, a formação e a capacitação como componentes da reconstrução agroecológica. A educação deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e multidisciplinar através de um programa nacional de educação e literacia alimentar, desenhado em conjunto pela academia e outros atores e implementado de forma descentralizada.

A formação e capacitação técnica das comunidades deve apoiar o desenvolvimento das competências necessárias à reconstrução e à autonomia dos territórios, incluindo competências de gestão coletiva, mercado, gestão, finanças e governação (Costa, 2026).

A reconstrução agroecológica não deve ser avaliada apenas em termos de eficiência económica. Os resultados económicos dependem do contexto, dos mercados locais, dos canais de comercialização, das políticas de subsídios e das características dos sistemas produtivos. A estabilidade

alimentar, a autonomia produtiva e a capacidade de enfrentar eventos extremos com menor dependência de fatores de produção externos devem também ser consideradas (Costa-Pereira *et al*., 2026; Malaia *et al*., 2026).

A intervenção nos territórios deve ser apoiada por diferentes mecanismos de financiamento, incluindo linhas de crédito, investimentos em sistemas produtivos mais adaptados e mecanismos de financiamento e microinvestimento coletivo. As experiências de autogestão financeira, entreajuda e acesso ao financiamento sem necessidade de garantias bancárias, como os grupos MA'AT, mostram possibilidades de reforço da autonomia das agricultoras e dos agricultores e comunidades (Martinez Mendonza *et al.*, 2026; Malaia *et al*., 2026).

A recuperação deve igualmente integrar a organização dos mercados. Mercados coletivos e solidários, circuitos curtos de comercialização, sistemas participativos de garantia e contratação e compras públicas podem contribuir para recuperar o rendimento das agricultoras e dos agricultores, melhorar o acesso aos alimentos e reativar a economia local após as cheias (Malaia *et al*., 2026; Correia, 2026; Costa, 2026). A comercialização organizada para o mercado agroecológico constitui igualmente uma possibilidade de apoio às agricultoras e aos agricultores.

A estratégia deve incluir políticas que promovam a recuperação e o fortalecimento da produção local animal e vegetal e apoiem a adoção de modelos agroecológicos capazes de garantir subsistência, rendimento familiar e sustentabilidade ambiental. A reconstrução deve promover sistemas produtivos mais adaptados e reforçar a autonomia das comunidades, articulando a recuperação da produção com a comercialização justa e a utilização eficiente dos recursos.

1.2. AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINA, MULHERES AGRICULTORAS E JOVENS

A revitalização agroecológica deve colocar as agricultoras, os agricultores familiares e campesinos e as suas comunidades no centro da reconstrução, e não apenas o produto agrícola e a produtividade. Agricultoras e agricultores desempenham um papel fundamental na produção de alimentos, na preservação e transmissão de conhecimentos, na conservação da biodiversidade e da memória biocultural e na construção das paisagens e das comunidades rurais (Camboim & Polidoro, 2026; Cruz-León & Chavez-Segura, 2026). A reconstrução deve, por isso, partir das suas experiências, necessidades, conhecimentos e capacidades e assegurar a sua participação na definição das prioridades e das soluções para os territórios.

Os jovens são igualmente fundamentais para assegurar a continuidade dos sistemas agrícolas e alimentares. A sua participação na revitalização agroecológica deve ser valorizada pela capacidade de articular o conhecimento ancestral com a inovação, contribuindo para a transmissão dos saberes entre gerações e para a construção de soluções adaptadas aos desafios futuros. (Costa, 2026; Lustosa Junior *et al*., 2026)

O fortalecimento da agroecologia exige igualmente o reconhecimento das mulheres agricultoras como protagonistas na agricultura familiar e campesina, na defesa da vida e dos territórios e na construção da soberania alimentar. As mulheres desempenham um papel central na produção de alimentos para as famílias, nomeadamente através das pequenas hortas, e na conservação dos saberes, sementes e práticas associados à produção e ao cuidado (Carlos & Machado, 2026; Laurinda Nhabanga, 2026; Costa, 2026).

Este protagonismo deve ser acompanhado pelo reconhecimento das relações sociais e de poder que condicionam a participação e a capacidade de decisão das mulheres. Os seus conhecimentos técnicos e ancestrais e o seu contributo para a conservação da agrobiodiversidade e das sementes locais permanecem muitas vezes desvalorizados, enquanto as desigualdades no acesso à terra e a outros recursos limitam a sua autonomia e poder

de decisão. A capacidade de decisão das mulheres depende também do contexto social e familiar, podendo, em contextos mais matriarcais, contribuir para que a agroecologia se constitua como um “projeto de política de vida” (Silva *et al.,* 2026; Freitas *et al*., 2026; Paty *et al*., 2026). Um excelente exemplos destas comunidades de mulheres rurais são as existentes nos distritos de Chibuto, Guija, Mabalane e Massingir na província de Gaza apoiadas pela Organização Gaza Works (Nhabanga, 2026).

Os conhecimentos técnicos, locais e ancestrais das mulheres devem ser reconhecidos e valorizados nas políticas públicas, considerando-as detentoras e produtoras de conhecimento e sujeitos ativos da reconstrução, e não beneficiárias passivas das intervenções. A sua participação deve ser assegurada na definição das políticas e das prioridades para a revitalização dos territórios. As políticas devem garantir à agricultura familiar e campesina condições efetivas de acesso à terra, sementes, outros recursos produtivos, apoio técnico e financiamento, prestando particular atenção às desigualdades enfrentadas pelas mulheres agricultoras. A extensão rural deve incorporar uma perspetiva de género, incluindo a produção de dados desagregados por sexo e assistência técnica dirigida às mulheres, de forma a assegurar que os apoios chegam efetivamente a quem sustenta os agroecossistemas. (Carlos & Machado, 2026; Pinto Mabunda, 2026; Azevedo *et al.,* 2026)

A valorização da agricultura familiar e campesina exige igualmente condições económicas que assegurem a sua viabilidade, através de políticas que favoreçam o acesso aos mercados e às compras públicas, contribuindo para sustentar o rendimento das agricultoras e dos agricultores e valorizar a produção agroecológica local (Malaia *et al.*, 2026).

1.3. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS

As alterações climáticas exigem uma nova forma de olhar para os desastres e calamidades. É necessário desnaturalizar estes acontecimentos, percebendo que os seus impactos podem ser prevenidos e reduzidos. Em territórios sujeitos a cheias, é importante aprender a viver com as cheias, preparando as comunidades e os sistemas agrícolas para lidar melhor com esses eventos. A revitalização agroecológica deve, assim, contribuir para passar de uma resposta essencialmente reativa para uma abordagem preventiva, adaptativa e preparada para futuros eventos, que inclua sistemas produtivos mais adaptados aos riscos climáticos (Tacarindua, 2026; Mabunda, 2026). A água deve ocupar um lugar central nas estratégias de adaptação, considerando tanto os períodos de abundância como os de escassez (Anichini *et al.*, 2026). A sua gestão deve contribuir para reduzir a vulnerabilidade das

comunidades e dos sistemas produtivos às cheias e às secas, através de soluções adaptadas às características dos territórios.

A adaptação deve começar pelo planeamento. É importante desenvolver Planos Climáticos adaptáveis a diferentes escalas, que considerem tanto a adaptação como a mitigação e que tenham em conta os riscos a curto e longo prazo (Camboim & Polidoro, 2026). A planificação deve deixar de ser apenas uma resposta depois do desastre e passar a antecipar os possíveis cenários, orientando a preparação, a resposta e a recuperação (Vilanculos, 2026).

É igualmente importante conhecer e perceber melhor os territórios. O conhecimento das comunidades é essencial na reconstrução dos territórios, uma vez que estas possuem experiências próprias de convivência com as cheias, secas e outros eventos extremos. A aproximação entre os saberes locais e o conhecimento científico pode ajudar a encontrar soluções mais adequadas à realidade de cada território (Chicombo *et al*., 2026; Mabunda, 2026).

O mapeamento e zoneamento das áreas de risco, com recurso a dados históricos, SIG e outras ferramentas, pode ajudar a identificar as zonas mais vulneráveis às cheias, secas e outros eventos extremos (Vilanculos, 2026). Estes dados podem também apoiar a criação de modelos de

previsão e sistemas de alerta. A integração do conhecimento local e tradicional nos sistemas de alerta precoce pode reforçar a resiliência comunitária e a capacidade dos territórios para antecipar e responder a eventos extremos (Chicombo *et al*., 2026).

A gestão das cheias deve considerar os períodos antes, durante e depois do evento. Antes, é necessário preparar e alertar; durante, proteger as pessoas e os recursos; e depois, apoiar a recuperação desde os territórios com os seus atores, promovendo a aprendizagem, a partilha de conhecimento e a ação coletiva (Chicombo *et al.,* 2026; Martinez Mendoza *et al.,* 2026).

A resposta às alterações climáticas deve assentar nestes processos de governança, envolvendo instituições públicas, comunidades, agricultoras e agricultores, investigadores, técnicos, organizações e setor privado, e assegurando a partilha de responsabilidades e do poder de decisão (Camboim & Polidoro, 2026; Mabunda, 2026). Estes processos devem reforçar a capacidade e a autonomia das comunidades na prevenção e gestão dos riscos climáticos.

A revitalização agroecológica deve, assim, aproveitar a reconstrução pós-cheias para não reproduzir as vulnerabilidades anteriores e reforçar a capacidade de

adaptação dos territórios e das comunidades a futuros eventos climáticos (Tacarindua, 2026; Mabunda, 2026).

2. GESTÃO DOS RECURSOS

A revitalização agroecológica deve contribuir para minimizar a visão extrativista dos recursos, promovendo uma transição de sistemas produtivos dependentes da exploração intensiva dos recursos naturais para sistemas baseados na regeneração ecológica, na diversificação produtiva e na gestão participativa dos bens comuns. Esta mudança deve reconhecer as funções ecológicas, socioculturais e económicas dos recursos e contribuir para reduzir a pressão sobre os ecossistemas e a dependência de recursos externos.

A valorização dos recursos locais, particularmente das espécies nativas e adaptadas às condições edafoclimáticas de cada território, constitui uma estratégia importante para uma produção agroecológica. A utilização responsável destes recursos pode aumentar a capacidade dos sistemas produtivos para responder a condições ambientais adversas e contribuir para a conservação da diversidade genética e para sistemas produtivos mais resilientes (Anichini *et al.,* 2026; Morales Pavez & Barrera Salas, 2026).

A gestão dos resíduos deve ser compreendida para além da sua dimensão de problema ambiental, reconhecendo o seu potencial para a circularidade e para a reintegração em novos ciclos produtivos. Os resíduos devem ser considerados recursos e matérias em circulação, que podem ser reutilizados e transformados. Os resíduos orgânicos podem ser convertidos em composto, energia ou bioinsumos agrícolas, enquanto os resíduos inorgânicos podem ser reutilizados, reciclados ou transformados em produtos com valor económico (Morales Pavez & Barrera Salas, 2026). Esta abordagem pode reduzir os desperdícios e a pressão sobre os recursos naturais, aumentar a eficiência na sua utilização e criar oportunidades de geração de rendimento (Lustosa Junior *et al*., 2026; Chimuco *et al*., 2026).

Os resíduos agrícolas e agroindustriais devem também ser aproveitados como recursos para a produção. Resíduos como casca de baru, sementes, fibras, folhas e subprodutos do beneficiamento agrícola e agroindustrial podem ser transformados e reintegrados nos sistemas produtivos, contribuindo para a melhoria da fertilidade do solo e reduzindo os impactos ambientais associados ao seu descarte (Lustosa Junior *et al*., 2026).

Os agroecossistemas devem dar vida ao solo e o solo dar vida às plantas, reconhecendo a fertilidade dos solos como um elemento central da revitalização dos sistemas

produtivos e da adaptação às alterações climáticas. É fundamental apostar na recuperação da fertilidade através de práticas que melhorem as condições físicas, químicas e biológicas do solo e reduzam a dependência de insumos químicos (Chimuco *et al.,* 2026; Mendes *et al*., 2026).

A utilização de plantas e outros organismos pode contribuir para a recuperação de solos degradados, nomeadamente através de processos de fitorremediação e biorremediação, que podem contribuir para a dessalinização dos solos e para remover ou imobilizar determinados contaminantes presentes no solo e na água.

As experiências da UNAC mostram possibilidades de utilização de recursos disponíveis localmente na recuperação de solos com baixos teores de matéria orgânica e nutrientes e sujeitos a risco de erosão. Entre estas práticas encontra-se o uso de adubos verdes, recorrendo a leguminosas como *Mucuna* e feijão-fava/ecapi-mara (*Lablab purpureus*), que podem ser incorporadas no solo ou consorciadas com outras culturas (Martinez Mendoza *et al.,* 2026).

A gestão da água deve ser pensada à escala das bacias hidrográficas, reconhecendo a interligação entre água, solo, vegetação e atividades humanas. A abordagem das bacias hidrográficas pode apoiar o planeamento territorial e a

articulação entre a conservação do solo, a gestão e utilização eficiente da água e as práticas agrícolas. Esta abordagem é particularmente importante perante a vulnerabilidade da bacia hidrográfica do Limpopo às cheias, inundações e secas severas (Tacarindua, 2026; Anichini *et al*., 2026).

Devem ser desenvolvidas estratégias de conservação e gestão da água adequadas às condições do território. É importante mapear as zonas áridas e acompanhar a sua evolução no contexto das alterações climáticas, bem como considerar o potencial de irrigação existente no país no planeamento da revitalização agroecológica. O trabalho de Lateiro de Sousa (2026), que identifica o potencial de irrigação em Moçambique, pode apoiar este processo e a promoção de um maior acesso aos recursos de apoio à irrigação e à gestão da água, com particular atenção às comunidades mais vulneráveis.

Devem igualmente ser promovidas formas de captação e armazenamento de água (*water harvesting*), adaptadas às condições dos territórios. A construção ou melhoria de diques, sistemas de drenagem e estruturas de armazenamento pode contribuir para reduzir os impactos das cheias. Devem também ser promovidos sistemas de irrigação sustentáveis, incluindo a irrigação com bomba

solar, que pode contribuir para reduzir os custos associados à irrigação e promover a utilização de energias limpas.

Na agricultura, a escolha de culturas adaptadas às condições locais e a conservação do solo e da água podem contribuir para tornar os sistemas produtivos mais resistentes. O conhecimento da pegada hídrica das culturas pode apoiar uma utilização mais adequada da água e as escolhas produtivas, particularmente nos territórios e comunidades com maior limitação na disponibilidade e acesso a este recurso (Mendes & Chirrute, 2026).

3. PRÁTICAS AGRÍCOLAS, GESTÃO DE PRAGAS, DOENÇAS E INFESTANTES

A revitalização agroecológica após as cheias deve promover a recuperação e o redesenho dos sistemas produtivos, através de práticas agrícolas resilientes, apropriadas às condições de cada território e comunidade e capazes de considerar o agroecossistema no seu conjunto. A adoção de práticas agroecológicas não deve limitar-se à substituição ou eliminação de determinados insumos, mas considerar as relações entre os diferentes componentes do sistema, a sua

diversificação e a forma como as diferentes práticas se complementam (Simon *et al*., 2026; Mutie, 2026).

A revisão sistemática realizada por Simon *et al.,* (2026), que analisou 60 estudos sobre a sustentabilidade de sistemas e práticas agrícolas alternativas através de análise multicritério, mostrou resultados ambientais maioritariamente positivos dos sistemas agroecológicos, nomeadamente na redução do uso de produtos químicos, melhoria da qualidade do solo e da matéria orgânica, aumento da biodiversidade e redução do consumo de energia externa. Os resultados económicos são mais heterogéneos: os rendimentos tendem a diminuir, mas o prémio de preço associado aos produtos orgânicos pode compensar essa perda, desde que existam mercados e cadeias de comercialização adequadas. A dimensão social é positiva, com maior participação comunitária e, em alguns casos, melhores condições de trabalho. A principal limitação identificada é a necessidade de apoio técnico e financeiro durante a fase de transição, que pode ser prolongada e exigente.

A revisão mostra também que, quando a transição envolve o sistema no seu conjunto — incluindo as práticas, a organização da exploração, as variedades utilizadas e os canais de comercialização —, os resultados económicos podem ser mantidos ou melhorados, ao mesmo tempo que

se reduz o impacto ambiental. Pelo contrário, quando a transição se limita à eliminação de insumos sem redesenhar o sistema, os resultados económicos podem deteriorar-se. O cultivo mínimo e o cultivo direto constituem um exemplo desta necessidade de integração: quando aplicados isoladamente podem apresentar resultados contraditórios, enquanto a sua combinação com a diversificação das culturas apresenta resultados mais positivos. Estes resultados reforçam a importância de considerar as interações entre as diferentes componentes e práticas do agroecossistema, em vez de promover alterações ou práticas isoladas (Simon *et al.,* 2026).

No contexto da recuperação pós-cheias, os sistemas agroecológicos podem contribuir simultaneamente para a recuperação ecológica, para a reforma dos sistemas produtivos, reduzindo a dependência de insumos externos, que podem tornar-se particularmente inacessíveis após os desastres, e valorizando os resíduos de forma sanitariamente segura, e para o fortalecimento das comunidades, através da capacitação das famílias e de unidades comunitárias de aprendizagem participativa que contribuam para reforçar a autonomia local.

A diversificação produtiva e a agrobiodiversidade devem constituir componentes importantes da recuperação dos sistemas agrícolas. A agrobiodiversidade não se limita à diversidade genética, estando também relacionada com o

território, os conhecimentos e a cultura alimentar. As variedades agrícolas locais e tradicionais e as raças autóctones constituem recursos importantes para a resiliência ecológica, a adaptação climática e a conservação do património rural. Apesar do seu valor agronómico, sensorial e cultural, muitas destas variedades e raças têm desaparecido devido à intensificação agrícola, à uniformização dos mercados e à expansão de variedades e raças de alto rendimento, reforçando a necessidade da sua valorização e integração nos sistemas produtivos (Costa *et al.,* 2026).

A recuperação produtiva deve promover a integração entre diferentes componentes do agroecossistema, incluindo culturas anuais, hortícolas e leguminosas, árvores, espécies produtoras de biomassa e produção animal, de acordo com as características e necessidades de cada território. O Sistema Agroecológico existente no campo de produção vegetal do ISPG constitui um exemplo desta abordagem em Gaza, integrando espécies florestais nativas, como *Afzelia quanzensis* (chanfuta), árvores frutíferas, plantas produtoras de biomassa e culturas anuais, incluindo hortaliças e leguminosas. O sistema foi concebido para contribuir para a segurança alimentar, a geração de rendimento e a produção de biomassa para o solo (Chongo *et al.,* 2026).

As experiências da UNAC mostram igualmente formas concretas de integração das diferentes componentes dos

agroecossistemas. Incluem a integração de árvores e a criação de viveiros para a multiplicação de espécies arbóreas, incluindo fruteiras, e de mudas de hortaliças, posteriormente distribuídas pelos Núcleos de Agroecologia (NAE) ou vendidas aos membros e às comunidades. A integração agricultura-pecuária, através da criação de cabritos, coelhos, porcos e frangos, contribui simultaneamente para a alimentação das famílias e para a produção de esterco utilizado nas hortas familiares. Estas práticas permitem articular diferentes componentes da produção e aproveitar recursos disponíveis localmente (Martinez Mendoza *et al.,* 2026).

Uma experiência implementada em Angola através do Centro de Inovação Agrícola apresenta outro modelo de organização do sistema produtivo, construído a partir das culturas prioritárias, do perfil da agricultura familiar e do bioma local, combinando na mesma área plantas com diferentes ciclos e velocidades de crescimento. Esta experiência pode contribuir para pensar sistemas produtivos diversificados e adaptados às condições ecológicas e hidrológicas dos territórios de Gaza, devendo a sua eventual aplicação partir sempre das condições e recursos locais (Fernandes *et al*., 2026).

A gestão de pragas, doenças e infestantes deve fazer parte do próprio desenho e gestão do agroecossistema, recorrendo, sempre que adequado, a práticas e recursos

disponíveis localmente e reduzindo a dependência de pesticidas sintéticos. Em Gaza já existem práticas que podem constituir um ponto de partida para este processo, nomeadamente a utilização de plantas no controlo de pragas, como margosa, piri-piri, alho, cebola e tabaco. Estas práticas existentes no território devem ser valorizadas, avaliadas e, quando adequadas, adaptadas e integradas nos sistemas produtivos locais.

Outras experiências podem contribuir para ampliar as práticas disponíveis e ser testadas e adaptadas às condições de Gaza. Um estudo desenvolvido em Moçâmedes, Angola, sobre o controlo de *Helicoverpa armigera* na cultura do tomate mostrou que a aplicação de práticas agroecológicas reduziu o uso de pesticidas sintéticos e contribuiu para o aumento do rendimento da cultura do tomate, com benefícios ambientais. Esta experiência mostra o potencial de práticas agroecológicas no controlo de pragas e a importância de experimentar e avaliar a sua adaptação às condições locais de Gaza, com o envolvimento das agricultoras e dos agricultores e o acompanhamento da investigação e da extensão agrícola (Nzinga *et al*., 2026).

A produção e utilização de biofertilizantes e outros bioinsumos constitui outra prática a considerar na revitalização agroecológica. Os resíduos orgânicos de

origem animal e vegetal podem ser aproveitados através de biodigestores para a produção de biofertilizantes, transformando recursos disponíveis localmente em insumos para os sistemas produtivos e contribuindo para reduzir a dependência de insumos externos (Morales Pavez & Barrera-Salas, 2026).

Neste contexto, as biofábricas podem constituir espaços para a produção e transformação de recursos de origem vegetal, animal e mineral em bioinsumos, incluindo alternativas aos fertilizantes e pesticidas utilizados na produção agrícola. Estes espaços podem responder tanto às necessidades de pequena escala e consumo próprio como, quando adequado, à produção para comercialização, em função das necessidades e objetivos das unidades produtivas.

A utilização de recursos locais e espécies subaproveitadas pode igualmente contribuir para desenvolver sistemas produtivos menos dependentes de matérias-primas externas, particularmente num contexto em que o seu encarecimento e escassez podem limitar a recuperação das explorações. Entre as possibilidades apresentadas encontra-se o aproveitamento da *Prosopis juliflora* (algaroba) para alimentação animal. O estudo desenvolvido no ISPG sobre a inclusão de farinha de algaroba aponta para a possibilidade da sua utilização como alternativa ao milho e à soja, tendo como vantagem tratar-se de uma

planta disponível localmente em Gaza e que não compete diretamente com a alimentação humana. O aprofundamento desta possibilidade deve ser articulado com a investigação já proposta sobre o potencial da espécie e sobre formas sustentáveis da sua gestão (Soane *et al.,* 2026; Chambo, 2026).

Também na alimentação aquícola foram apresentadas possibilidades de utilização de biomassa local, nomeadamente através da combinação de aminoácidos funcionais com biomassa de *Moringa* e *A. marina*, como alternativa a ingredientes comerciais como soja e milho. Esta possibilidade procura reduzir a dependência de matérias-primas externas e contribuir para sistemas aquícolas mais sustentáveis e adaptados aos recursos disponíveis (Mahanjane, 2026).

A revitalização dos sistemas produtivos deve, assim, partir das práticas, recursos e experiências já existentes em Gaza, articulando-os com outras experiências que possam ser testadas e adaptadas às condições locais. O redesenho dos agroecossistemas deve combinar diversificação produtiva e agrobiodiversidade, integração entre culturas, árvores e animais, práticas de gestão adequadas às condições locais, gestão agroecológica de pragas, doenças e infestantes e produção e utilização de bioinsumos e outros recursos disponíveis no território. A combinação destas práticas pode

contribuir para sistemas produtivos mais diversificados, autónomos e resilientes, evitando a adoção de soluções isoladas ou descontextualizadas.

4. CONHECIMENTO, PARTILHA E INOVAÇÃO

A revitalização agroecológica após as cheias deve partir do reconhecimento e valorização dos conhecimentos locais, tradicionais e ancestrais existentes nos territórios. Agricultoras e agricultores são detentores de conhecimentos sobre a biodiversidade, a natureza e a memória biocultural, cuja transmissão entre gerações é fundamental para a continuidade das práticas agroecológicas e para a preservação da identidade dos territórios. Os hábitos, costumes e conhecimentos empíricos das comunidades devem, por isso, ser reconhecidos, valorizados e transmitidos entre gerações (Chicombo *et al*., 2026).

A apropriação do conhecimento pelas próprias agricultoras e agricultores contribui para reforçar a autonomia das comunidades e a sustentabilidade dos sistemas produtivos, preservar a identidade local e reduzir a dependência de recursos e apoio técnico externos. O trabalho colaborativo continuado, baseado nos princípios agroecológicos, reforça

igualmente os processos de transição agroecológica. (Barrera-Salas *et al*., 2026)

Para além da valorização dos conhecimentos existentes, a construção de novos conhecimentos deve envolver os diferentes atores, promovendo o diálogo, a colaboração e a aprendizagem entre diferentes experiências, saberes e perspetivas. A revitalização e a transição agroecológica são processos coletivos e exigem a participação e articulação dos diferentes intervenientes. (Magalhães *et al*., 2026; Barrera-Salas *et al*., 2026)

A formação prática e a extensão horizontal são instrumentos importantes para a transmissão, construção e circulação dos saberes. A metodologia Campesino a Campesino, adotada pela UNAC, promove trocas horizontais entre agricultoras e agricultores e incentiva a utilização de materiais locais, acessíveis e de baixo custo. Os Núcleos de Agroecologia e os Promotores de Extensão Rural reforçam esta proximidade entre comunidades e associações e apoiam a partilha de conhecimentos, a capacitação e os serviços técnicos (Martinez Mendoza *et al.,* 2026). Podem igualmente ser promovidos intercâmbios “de camponesa a camponesa”, incluindo entre Moçambique e Brasil, para a partilha horizontal de conhecimentos e práticas, nomeadamente sobre processamento e conservação pós-colheita,

contribuindo para reduzir perdas e gerar rendimento. (Carlos & Machado, 2026; Barrera-Salas *et al.,* 2026).

As abordagens de formação e aprendizagem devem também criar espaços permanentes de diálogo, experimentação e construção conjunta de conhecimento. Podem ser promovidas Escolas de Agroecologia que reúnam diferentes atores em torno de problemas e necessidades concretas dos territórios, incluindo a regeneração do solo, a gestão sustentável da água, a segurança alimentar e a resiliência perante crises climáticas. (Costa-Pereira *et al*., 2026; Costa *et al.,* 2026)

Estes processos devem também ser integrados no Programa Nacional de Educação e Literacia Alimentar, promovendo a valorização e transmissão intergeracional dos saberes, a articulação entre conhecimentos locais e científicos, as metodologias participativas, a formação prática, a experimentação e a co-criação (Costa-Pereira *et al*., 2026).

A aplicação destes diferentes conhecimentos aos problemas concretos dos territórios deve constituir a base dos processos de inovação agroecológica. Esta inovação deve partir das características, necessidades, recursos e capacidades locais e ser construída com as comunidades.

Devem ser promovidos processos cooperativos de co-criação de tecnologias apropriadas e de inovação social, envolvendo agricultoras e agricultores, comunidades, investigadores, técnicos de extensão e outros intervenientes. A inovação não se limita à criação ou introdução de equipamentos e tecnologias, mas inclui processos educativos, sociais e organizativos que reforçam as redes de cooperação e a autonomia dos territórios. (Lustosa Junior *et al.,* 2026)

As metodologias participativas são fundamentais para colocar em diálogo diferentes formas de conhecimento, identificar problemas, recursos, conhecimentos e capacidades existentes e assegurar que as soluções respondem às necessidades dos territórios. O diagnóstico participativo pode constituir o ponto de partida para processos de co-criação comunitária de soluções adaptadas (Lustosa Junior *et al*., 2026). Rodas de conversa, *photovoice*, memória oral e cartografia comunitária podem apoiar o mapeamento das perdas provocadas pelas cheias, dos recursos existentes, das práticas agrícolas, das sementes locais, das redes de cuidado e das estratégias de adaptação climática (Bandeira *et al*., 2026; Barrera-Salas *et al*., 2026)

A investigação deve ser orientada para soluções concretas, economicamente viáveis e apropriadas às necessidades

das agricultoras e dos agricultores, articulando indicadores agronómicos com análises económicas e sociais. A geração e partilha de indicadores de sustentabilidade pode apoiar técnicos, académicos, agricultoras e agricultores numa planificação adaptada às condições e necessidades locais. (Barrera-Salas *et al*., 2026)

As tecnologias de informação geográfica, através de SIG e QGIS, podem apoiar a integração e utilização de informação territorial para decisões baseadas em evidências, contribuindo para o planeamento agroecológico pós-cheias e para a identificação de soluções adaptadas às condições dos territórios. (Felix, 2026)

As instituições científicas e de ensino existentes no território devem desempenhar um papel ativo nestes processos. O Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG) deve assumir um papel estratégico na investigação aplicada, inovação, formação e extensão rural, funcionando como ponte entre o conhecimento científico, as comunidades rurais e as instituições públicas, em permanente partilha de saberes e experiências com os seus parceiros. A investigação e a extensão rural devem responder aos problemas identificados nos territórios afetados pelas cheias, valorizar os recursos e conhecimentos existentes e envolver as comunidades na experimentação, demonstração e

adaptação de soluções agroecológicas. (Oliveira *et al*., 2026)

O modelo agroecológico já existente no Campus do ISPG deve ser utilizado como campo-escola, aproximando comunidades, investigação, formação e experimentação (Chongo *et al*, 2026). A criação de outros espaços dedicados à inovação, como a proposta de um Centro de Inovação Agrícola, pode igualmente apoiar a experimentação e a procura de soluções concretas para a reconstrução agroecológica de Gaza. (Nzinga *et al*., 2026)

Complementarmente às possibilidades de utilização já identificadas, a investigação sobre *Prosopis juliflora* (algaroba) deve ser aprofundada, avaliando o seu potencial de aproveitamento para alimentação humana e animal, incluindo o seu potencial na formulação de rações como alternativa ao milho, e procurando simultaneamente modelos de aproveitamento que contribuam para a gestão sustentável desta espécie invasora (Chambo, 2026)

A construção, partilha e aplicação do conhecimento e a inovação devem, assim, constituir processos participados, cooperativos e territorializados, que partam dos conhecimentos e capacidades existentes e articulem diferentes formas de saber através da aprendizagem, investigação, experimentação e co-criação. Estes processos devem contribuir para transformar o conhecimento em soluções adaptadas aos territórios, reforçando a autonomia

das comunidades e a sua capacidade para responder aos desafios da revitalização agroecológica.

5. SISTEMAS ALIMENTARES, SOBERANIA E SAÚDE

5.1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em Moçambique, cerca de 24% das famílias vivem em situação de insegurança alimentar crónica. Entre os principais fatores encontram-se a baixa produtividade agrícola, a pobreza, o acesso limitado aos alimentos e a fraca diversificação alimentar, sendo esta situação agravada pelos impactos das alterações climáticas sobre a produção agrícola. No estudo realizado por Paty *et al*., 2026 nas zonas rurais do distrito de Chókwè, todos os agregados familiares entrevistados se encontravam em situação de insegurança alimentar, distribuída pelos níveis ligeiro, moderado e grave. Estes resultados reforçam a necessidade de intervenções que melhorem a disponibilidade e o acesso a uma alimentação digna e adequada.

A revitalização agroecológica após as cheias deve contribuir para garantir a disponibilidade e o acesso a alimentos

adequados, não apenas no período imediatamente posterior ao desastre, mas também a médio e longo prazo. Para isso, é necessário criar condições para que as famílias e comunidades possam recuperar as suas machambas e retomar rapidamente a produção local, garantindo simultaneamente reservas de alimentos e sementes e reforçando a capacidade dos sistemas alimentares para responder a futuros eventos extremos. As estratégias devem partir das necessidades, recursos e conhecimentos existentes nos territórios, valorizando os alimentos, sementes e práticas adaptados às condições locais. As mulheres devem ocupar um lugar central nas estratégias de segurança alimentar, reconhecendo o seu papel na produção, conservação e gestão dos alimentos, mas também considerando a sua capacidade de decisão (Nhabanga, 2026).

A diversificação dos sistemas produtivos constitui uma estratégia importante para reduzir a insegurança alimentar e nutricional, ao diminuir o risco de perda total da produção e aumentar a diversidade e disponibilidade de alimentos para as famílias. A investigação de Mutie (2026) evidencia estes contributos e destaca práticas de baixo custo e adaptadas às condições dos pequenos produtores, incluindo o cultivo de mandioca, milho e feijão-nhemba e a valorização de produtos locais, nomeadamente leguminosas e cereais.

As experiências existentes em Gaza mostram igualmente o contributo das práticas agroecológicas para a segurança alimentar. Um estudo participativo realizado pelo ISPG na comunidade de Massingir, na província de Gaza, identificou práticas como a consorciação, a integração agricultura-pecuária, a utilização de sementes locais, a irrigação e o cultivo de variedades tolerantes à seca. O sistema agrossilvipastoril predominante neste contexto tem contribuído para a resiliência agrícola e para a provisão de alimentos. O reforço do apoio técnico a estas práticas pode contribuir para aumentar o potencial produtivo e fortalecer a segurança alimentar das comunidades. (Mabunda, 2026)

A conservação de alimentos e de sementes locais constitui outra dimensão importante da segurança alimentar e da capacidade de recuperação após as cheias. A valorização dos conhecimentos tradicionais associados à sua conservação e o fortalecimento das reservas de alimentos e sementes podem contribuir para assegurar a disponibilidade de alimentos e de material para retomar a produção nas machambas após situações de crise, reforçando simultaneamente a utilização de recursos adaptados às condições locais.

Em territórios sujeitos a cheias, como Chókwè, devem também ser reforçadas as condições de processamento, conservação e armazenamento dos alimentos. O

armazenamento nos períodos de maior disponibilidade, através de sistemas melhorados e construídos com materiais resilientes, pode contribuir para reduzir perdas, criar reservas e assegurar o acesso a alimentos em situações de emergência.

Os quintais produtivos podem constituir uma estratégia complementar às machambas para aproximar a produção de alimentos das famílias e comunidades e reforçar a segurança e a soberania alimentar (Carlos & Machado, 2026). A experiência do Centro de Educação Multicultural Aliança pela Misericórdia (CEM), desenvolvida no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, mostra a implementação de hortas e quintais produtivos numa perspetiva agroecológica, impulsionados por mulheres, jovens e crianças. Embora desenvolvida num contexto diferente, esta experiência pode contribuir para pensar soluções adaptadas aos territórios de Gaza que articulem produção local de alimentos, participação comunitária e envolvimento de diferentes gerações. (Silva *et al.,* 2026)

A segurança alimentar e nutricional, no contexto da revitalização agroecológica pós-cheias, exige, assim, mais do que assegurar a disponibilidade imediata de alimentos. Deve reforçar a capacidade das comunidades para produzir, conservar, armazenar e aceder a alimentos adequados, mesmo perante futuros eventos extremos. A recuperação

das machambas, a diversificação da produção, a valorização dos alimentos e sementes locais, a existência de reservas e sistemas de armazenamento e o envolvimento das comunidades — com particular atenção ao papel e à capacidade de decisão das mulheres — constituem elementos fundamentais para reduzir a insegurança alimentar e nutricional e reforçar a autonomia e a resiliência dos territórios.

5.2. SOBERANIA ALIMENTAR

A soberania alimentar fortalece a autonomia e o poder de decisão das comunidades sobre a sua alimentação, incluindo sobre o que e como produzir, distribuir, comercializar e consumir, de acordo com as suas necessidades, recursos, conhecimentos e hábitos culturais. A revitalização agroecológica deve, por isso, reforçar o controlo das comunidades sobre os recursos e meios necessários à produção, bem como a sua capacidade de aceder aos mercados e decidir sobre a comercialização dos seus produtos, reduzindo dependências que possam comprometer a sua autonomia (Mabunda, 2026).

A valorização, conservação e utilização das sementes crioulas constitui uma estratégia central para esta autonomia, reforçando a capacidade das comunidades para produzir os seus próprios alimentos e reduzindo a

dependência de sementes provenientes do exterior. Estas sementes contribuem também para conservar a diversidade genética, as plantas nativas e os materiais adaptados às condições locais e podem constituir uma base para a seleção e desenvolvimento de variedades adaptadas às necessidades dos territórios. Devem ser promovidos bancos comunitários de sementes crioulas geridos por mulheres, contribuindo para restaurar a agrobiodiversidade afetada pelas cheias, conservar materiais adaptados às condições locais e reforçar a autonomia das comunidades na retoma da produção. (Carlos & Machado, 2026)

A experiência das cheias na província de Gaza, particularmente no distrito de Chókwè, evidencia a importância desta autonomia. Mesmo perante as dificuldades provocadas pelas cheias e antes da distribuição de sementes certificadas, as comunidades procuraram continuar a produzir. Esta capacidade de retomar a produção a partir das sementes, recursos e conhecimentos disponíveis localmente mostra que a recuperação não depende apenas do apoio externo, mas também da capacidade das comunidades para manter e reconstruir os seus próprios sistemas produtivos.

A recuperação das machambas deve, por isso, procurar reforçar a capacidade das famílias e comunidades para decidir sobre a sua produção e utilizar sementes, conhecimentos e outros recursos disponíveis localmente. O

fortalecimento de práticas agroecológicas pode contribuir para esta autonomia através de sistemas produtivos diversificados, baseados na valorização dos recursos locais e numa menor dependência de fatores de produção externos.

Nos centros de reassentamento, a promoção de pequenas hortas pode igualmente contribuir para manter a capacidade produtiva das famílias e aproximar a produção de alimentos dos locais onde vivem, particularmente quando o acesso às áreas de produção é limitado. Mesmo espaços reduzidos podem, assim, contribuir para a alimentação e o bem-estar das famílias.

Esta autonomia deve estender-se à organização dos mercados e à comercialização da produção. O estudo realizado em Chókwè por Malaia *et al.* (2026) mostra que as políticas de centralização da comercialização do arroz podem reduzir a autonomia económica dos produtores familiares e fragilizar os mercados solidários locais, ao deslocarem para fora das comunidades parte do controlo sobre a produção e a comercialização. A revitalização agroecológica deve, por isso, promover políticas e formas de organização dos mercados que reforcem a autonomia dos produtores familiares, os mercados locais e solidários e a capacidade das comunidades para decidir como e onde comercializar a sua produção.

A revitalização agroecológica deve, assim, procurar não apenas recuperar a capacidade de produção, mas reforçar a autonomia e o poder de decisão das comunidades sobre a produção, a alimentação e a comercialização (Mabunda, 2026). A recuperação das machambas, a valorização das sementes crioulas e dos recursos locais, a redução da dependência de fatores externos e o fortalecimento dos mercados locais e solidários podem contribuir para que as comunidades mantenham maior controlo sobre os seus meios de vida e estejam mais preparadas para reconstruir a produção e a economia local após futuros eventos extremos.

5.3. SAÚDE E BEM-ESTAR

A transição agroecológica das comunidades deve ser reconhecida como um direito e como uma necessidade para a proteção da saúde. A revitalização agroecológica após as cheias deve, por isso, integrar a saúde como uma dimensão central da reconstrução dos sistemas alimentares, reconhecendo, numa perspetiva One Health, as relações entre a saúde humana, animal e dos ecossistemas. Esta abordagem deve ser adaptada às especificidades dos territórios e das populações que os habitam, articulando produção agrícola, ambiente, alimentação e saúde e contribuindo para a construção de territórios saudáveis,

sustentáveis e solidários. Deve estar refletida nas políticas públicas, construídas com a participação dos diferentes intervenientes, incluindo legisladores, unidades sanitárias e organizações da sociedade civil (Dios-Duarte *el al*., 2026).

A redução da exposição a pesticidas deve constituir uma prioridade na revitalização agroecológica. A evidência disponível associa esta exposição a diversos efeitos adversos na saúde, incluindo durante a gravidez e o desenvolvimento fetal, reforçando a necessidade de promover práticas agrícolas menos dependentes de pesticidas e de proteger particularmente os grupos mais vulneráveis (Dios-Duarte *el al*., 2026).

As comunidades que vivem em territórios afetados por pesticidas devem ser capacitadas para participar na vigilância e promoção da saúde. A experiência dos Cursos de Formação *Agrotóxicos e Saúde: Subsídios para Vigilância Popular*, organizados pela Fiocruz e pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, constitui uma referência para esta abordagem, incluindo Tribunais Populares, cartografia dos territórios afetados e análise química da água, do solo e do ar. Estas metodologias podem contribuir para envolver as comunidades na identificação, discussão e acompanhamento dos riscos para a saúde (Almeida *et al.,* 2026).

A contaminação por microplásticos identificada nos canais de irrigação em Gaza, associada no trabalho de Lateiro de Sousa *et al*, 2026 ao seu descarte inadequado nestes canais, evidencia igualmente a necessidade de considerar a relação água-solo-alimento-saúde. Após as cheias, é necessário monitorizar a presença de microplásticos para avaliar a situação e apoiar a gestão sustentável dos solos e da água, a proteção da segurança alimentar, a monitorização ambiental e a implementação de práticas agrícolas mais resilientes.

Após as cheias, deve ser dada particular atenção à segurança dos alimentos e às perdas pós-colheita, uma vez que estes eventos podem favorecer a contaminação microbiológica dos produtos agrícolas. O trabalho de Handina *et al* (2026) apresenta a utilização de ozono como agente descontaminante, mostrando a sua capacidade para reduzir a presença de *Salmonella* nos grãos, sem deixar resíduos químicos, e contribuir para prolongar a conservação dos produtos e reduzir perdas por deterioração microbiológica. Esta experiência pode constituir uma solução a considerar e adaptar às condições locais na recuperação pós-cheias.

A revitalização agroecológica deve também proteger e promover a saúde e o bem-estar das agricultoras e dos agricultores, reconhecendo e valorizando o trabalho

agrícola. Devem ser previstos programas e protocolos específicos que considerem os riscos associados à atividade, mas também o bem-estar, descanso e lazer, maternidade e paternidade e saúde mental. Deve igualmente ser reconhecido o valor da produção de alimentos para a saúde e o bem-estar das famílias (Amaral *et al*., 2026).

A saúde deve ainda ser entendida de forma integral, reconhecendo a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais e das especificidades culturais dos territórios. As plantas medicinais autóctones podem desempenhar um papel na manutenção da saúde, incluindo nos territórios de reassentamento, como Chiaquelane. A identificação das espécies e das suas utilizações deve articular o conhecimento tradicional das comunidades com a investigação, permitindo identificar adequadamente as plantas e fundamentar a sua utilização.

A experiência estudada no Brasil sobre as relações entre agroecologia, plantas medicinais, religiões de matriz africana, ancestralidade e saúde evidencia as relações entre biodiversidade, conhecimentos tradicionais, práticas culturais e formas de cuidado. Embora corresponda a um contexto diferente, pode contribuir para refletir sobre a valorização dos conhecimentos, práticas culturais e formas

de cuidar existentes nos territórios de Gaza, respeitando as suas próprias especificidades culturais (Silva *et al.,* 2026).

A revitalização agroecológica deve, assim, contribuir para proteger e promover a saúde das agricultoras, dos agricultores e das comunidades, garantir a segurança dos alimentos, prevenir e monitorizar riscos ambientais e para a saúde, valorizar conhecimentos e práticas locais reforçando a participação das populações na construção de territórios saudáveis (Amaral *et al*., 2026; Silva *et al.,* 2026).



www.xicia.ispg.ac.mz

Campus Politécnico do ISPG

www.ispg.ac.mz

